

Não esqueçam o que ele escreveu: o sociólogo Fernando Henrique Cardoso e a (prática da) Teoria da Dependência

Do not forget what he wrote: the sociologist Fernando Henrique Cardoso and (practice) of Theory of Dependency

Rafael Leite Ferreira
Doutorando em História (UFPE)
rafaleferr@hotmail.com

Recebido em: 17/11/2015

Aprovado em: 19/04/2016

RESUMO: Este artigo analisa a visão do sociólogo Fernando Henrique Cardoso acerca do subdesenvolvimento latino-americano, a partir de sua obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, de 1967, e alguns de seus escritos posteriores, buscando demonstrar que este intelectual colocou em prática, após assumir a presidência da República em 1995, aquilo que os seus escritos das décadas de 1960 e 1970 já apontavam: o “desenvolvimento dependente-associado” como a única alternativa para a modernização e o desenvolvimento da América Latina.

PALAVRAS-CHAVE: Subdesenvolvimento latino-americano, Teoria da dependência, Fernando Henrique Cardoso.

ABSTRACT: This article analyzes the view of sociologist Fernando Henrique Cardoso about the Latin American underdevelopment, from his work *Dependency and Development in Latin America*, 1967, and some of the works published after, seeking to demonstrate that this intellectual has put in place, and after assuming the Presidency of the Republic in 1995, their publications written in the 1960s and 1970s had already indicated: the “associated-dependent development” as the only alternative to the modernization and economic development of Latin America.

KEYWORDS: Latin American underdevelopment, Theory of dependency, Fernando Henrique Cardoso.

Introdução

Em 1993, atribuíram ao então ministro da Fazenda e presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) a frase “esqueçam o que eu escrevi”. A partir desse momento, FHC teve de conceder diversas entrevistas, artigos e pronunciamentos – inclusive publicou um dos seus últimos livros com o irônico título “Relembrando o que escrevi” – com o objetivo de desmentir a incômoda frase. Para FHC, sempre se tratou de uma maldade de seus opositores.¹

Dita ou não, a verdade é que a frase persistiu e ainda o persegue. Até hoje, muitos acreditam na afirmação daquelas palavras e avaliam que FHC, durante seu mandato presidencial (1995-2002), apagou (ou se esqueceu) o que um dia escreveu e enterrou o seu passado de intelectual progressista, de esquerda. Aqui é importante lembrar que, devido à sua luta pela melhoria do ensino público e pela modernização da Universidade de São Paulo (USP), FHC foi perseguido pelo regime militar brasileiro, tendo que se exilar no Chile, em agosto de 1964, onde viveu até 1967. Logo após a sua chegada à capital chilena, FHC foi convidado a lecionar a disciplina de Sociologia do Desenvolvimento na Faculdade de Economia da Universidade do Chile e contratado como diretor-adjunto do Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social (ILPES), um órgão de pesquisa da Organização das Nações Unidas (ONU), sediado em Santiago, vinculado à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

As pessoas que compartilham desse pensamento acreditam que houve, de fato, em FHC, uma drástica ruptura entre o intelectual e o político.² Ou seja, que FHC, ao chegar à presidência da República, assumiu a defesa do neoliberalismo (privatizações, redução dos gastos públicos, inserção subordinada da economia brasileira ao capital internacional), atitude que contradiz à sua postura de sociólogo-militante, durante as décadas de 1960 e 1980, defensor da justiça social e do sistema público brasileiro.³

Neste artigo, analisamos a visão de FHC acerca do subdesenvolvimento latino-americano, a partir de sua obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, de 1967, escrita em coautoria

¹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Relembrando o que escrevi*: da reconquista da democracia aos desafios globais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

² A atividade intelectual de FHC é entendida aqui de acordo com as proposições de Antônio Gramsci: “*Todos os homens são intelectuais [...] mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais*”. GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968, p. 7-8.

³ A ficha de FHC no principal órgão de informações da ditadura militar brasileira, o Serviço Nacional de Informações (SNI), por exemplo, tem quatro páginas. Nelas, o sociólogo é chamado de “reconhecidamente comunista”, acusado de fazer a “doutrinação comunista de massificação”, de pregar o marxismo e recomendar o emprego “da violência contra a violência”. No documento, o SNI também analisa trechos dos livros escritos por Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: <<http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/ficha-fernando-henrique-cardoso-sni>>. Acesso em: 3 jul. 2015.

com o sociólogo chileno Enzo Faletto, e alguns de seus escritos posteriores, defendendo que esse intelectual colocou em prática, após assumir a presidência do Brasil em 1995, aquilo que os seus escritos das décadas de 1960 e 1970 já apontavam: o “desenvolvimento dependente-associado” como a única alternativa para a modernização e o desenvolvimento da América Latina. Com essa hipótese de trabalho, buscamos demonstrar que, não houve, em FHC, uma ruptura entre a figura do intelectual e do político, mas uma clara continuidade de pensamento. Conforme argumentou Roberta Traspadini: “FHC tem na prática intelectual a presença sempre dominante do político, e na atividade deste a marca nunca ausente do intelectual”⁴.

Neste trabalho, FHC não é entendido como um sociólogo ou um presidente da República apenas, repleto de idéias e de conceitos, mas, segundo José Carlos Reis, como um intelectual que pensou, repensou e procurou interpretar a sua região. FHC é de uma estirpe de pessoas que foi comum nos anos de 1950 e 1960: a do intelectual militante, que não elaborava o pensamento só por livre pensar.⁵ Elaborava o pensamento com o objetivo de entender a realidade para transformá-la, independente da conotação e do julgamento que se possa dar. FHC é entendido aqui, portanto, como um indivíduo que procurou, à sua maneira, a partir, principalmente, de dois conceitos, “subdesenvolvimento” e “dependência”, expressar os dilemas e as possibilidades de desenvolvimento na América Latina.

Para uma melhor compreensão sobre o nosso objetivo, dividimos o presente texto em três seções. Na primeira, situamos o contexto de surgimento da linha interpretativa de FHC a respeito do (sub)desenvolvimento latino-americano. Na seção seguinte, apresentamos os principais pontos da Teoria da Dependência formulada por FHC, defendendo que este sociólogo, na “luta concorrencial pelo monopólio da autoridade científica”⁶, ganhou grande projeção acadêmica ao se distanciar, em fins da década de 1960, das ideias “nacional-desenvolvimentistas” do ISEB e da CEPAL e do “projeto revolucionário” de parte da esquerda. À medida que FHC procurou defender abertamente, em sua obra, o “desenvolvimento dependente-associado”, atacou severamente a “corrente estruturalista”, acusando-a de equivocada, estagnacionista, nacionalista e populista, principalmente pelo fato de ela não ter percebido as “grandes e vantajosas” oportunidades trazidas pela inserção do capital estrangeiro nos países subdesenvolvidos.

⁴ TRASPADINI, Roberta. *A teoria da (inter)dependência de FHC*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 154.

⁵ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

⁶ BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 122.

Na última seção, baseando-nos nas reflexões de Francisco Weffort, tecemos algumas críticas ao projeto de desenvolvimento dependente-associado proposto por FHC para o Brasil.⁷ Esta seção está pautada no argumento central de que a política neoliberal adotada por FHC (tanto no que se refere à internacionalização da economia, bem como à reestruturação do Estado), durante o período em que esteve à frente da presidência da República, correspondeu, na verdade, à materialização de sua teoria (da dependência), formulada nos idos dos anos 60. FHC praticou, como político, a dependência que sempre teorizou como sociólogo. Conforme ele próprio argumentou: “Nunca deixei de ser intelectual, mesmo na política”⁸.

Os anos 50 e 60 e o pensamento econômico latino-americano

No curso das décadas de 1950 e 1960, vários organismos foram criados na América Latina, reunindo importantes intelectuais dessa região, com o objetivo de analisar as razões do subdesenvolvimento latino-americano e de elaborar projetos de modernização e de desenvolvimento econômico para essa área. Especificamente em relação ao Brasil, durante esse período, os dois organismos que exerceram maior influência sobre a sociedade e, inclusive, sobre o Estado foram o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)⁹, criado em 1955, e a CEPAL¹⁰, entidade latino-americana fundada em 1948 pela ONU com a finalidade de refletir sobre a realidade socioeconômica da América Latina.¹¹

O principal ponto em comum entre esses dois organismos era a defesa do projeto “nacional-desenvolvimentista” pela via industrial, uma vez que entendiam ser a industrialização o elemento aglutinador e articulador do desenvolvimento, progresso, modernidade, civilização e democracia. No dizer de Roberto Schwarz, era a lógica da “superação do atraso por meio da industrialização”¹². Os intelectuais desses órgãos, chamados de “estruturalistas”, atribuíam o subdesenvolvimento dos países latino-americanos aos interesses do “centro imperial” que não viam favoravelmente a industrialização em curso na região e buscavam manter a América Latina

⁷ WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. Não esqueçam o que eu escrevi. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. E3, 15 mai. 2003.

⁹ Faziam parte do ISEB, entre outros, os filósofos Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier e Michel Debrun, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, os economistas Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida e Ewaldo Correia Lima, o historiador Nelson Werneck Sodré, e os cientistas políticos Helio Jaguaribe e Candido Mendes de Almeida. Sobre o pensamento desse Instituto, ver: TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1978.

¹⁰ A CEPAL teve como principais quadros iniciais, entre outros, os intelectuais o argentino Raúl Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto e Maria da Conceição Tavares. Ainda hoje a entidade tem se destacado no cenário latino-americano, pela criatividade e ousadia de suas teses e propostas. Para um maior entendimento sobre a CEPAL, ver: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. v. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000.

¹¹ Na avaliação de Francisco de Oliveira, “[...] o time da Cepal era o melhor do que havia na América Latina”. Cf. JINKINGS, Ivana; RIDENTI, Marcelo; MAAR, Wolfgang Leo. Entrevista: Francisco de Oliveira. *Revista Margem Esquerda*, n. 10, São Paulo, Boitempo, nov. 2007.

¹² SCHWARZ, Roberto. *Seqüências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 88.

apenas como exportadora de produtos agrícolas e matérias-primas. Os “estruturalistas” acreditavam que os principais requisitos para o desenvolvimento da América Latina seriam: a industrialização via substituição de importações; o progresso técnico; o fortalecimento do mercado interno; a elaboração de uma política de restrições ao capital estrangeiro; a realização de uma revolução capitalista e nacional com a participação, ou melhor, cooperação da burguesia nacional; e o aumento do papel e modernização do Estado interventor/produtor.¹³ Para esses intelectuais, o Estado aparecia como instância racionalizadora, planejadora, mediação necessária para o desenvolvimento.

Durante os anos de 1960, especialmente após o desencadeamento de diversos golpes civil-militares na América Latina, a interpretação “nacional-burguesa-desenvolvimentista” passou a receber contundentes críticas de variados segmentos, entre os quais se pode destacar uma expressiva da esquerda¹⁴ e a chamada “escola sociológica paulista”, que foi formada dentro do Departamento de Ciências Sociais da USP, sob a liderança de Florestan Fernandes.

Segundo Marcos Abraão Ribeiro, essa escola não se constituiu em um grupo homogêneo.¹⁵ Havia, em sua composição inicial, uma significativa diferença, não apenas de personalidades, mas também de tipos de interpretações. De acordo com o autor, de um lado, situava-se a interpretação marxista da “superexploração capitalista”, pautada pela luta de classes e pela dominação imperialista sobre o Brasil; de outro, situava-se a perspectiva “reformista democrático-liberal” que defendia a redução do papel do Estado, maior poder da sociedade civil e a abertura da economia. Um dos intelectuais, por exemplo, que defendeu este último tipo de raciocínio foi FHC.

No entendimento de Roberta Traspadini, essa perspectiva liberal de FHC dentro da “escola sociológica paulista” pode ser vista, pela primeira vez, em sua tese para Livre-Docência

¹³ Sobre os “estruturalistas”, Luiz Carlos Bresser-Pereira argumentou: “Os intelectuais do ISEB e da CEPAL eram moderadamente de esquerda preocupados com a desigualdade reinante na América Latina, e apoiavam os movimentos sociais dos trabalhadores. Mas a ideologia nacionalista prevalecia sobre a socialista”. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. *Perspectiva*, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul.-dez. 2010, p. 27.

¹⁴ Cabe ressaltar que, diversas críticas surgiram também, nesse período, entre aqueles que defendiam uma proposta “revolucionária”. Este tipo de visão defendia a tese de que a economia latino-americana só cresceria e adquiriria autonomia se houvesse uma transformação radical no interior dessa região, tanto pela vitória do socialismo ou pela intensificação do nacionalismo “terceiro-mundista” que rompesse definitivamente com os laços de dependência e de submissão às nações imperialistas.

¹⁵ RIBEIRO, Marcos Abraão Fernandes. Revisitando 1964: a escola sociológica paulista e as interpretações do Brasil. In: *Terceiro Fórum Nacional de Sociologia e Política*, Curitiba, 2011.

na USP, em 1963.¹⁶ Nesta obra – em que o autor buscou verificar empiricamente como havia se dado o processo de industrialização e modernização da economia brasileira, objetivando contrastar esta análise com as demais experiências vividas por diferentes nações – estavam contidas “[...] as linhas gerais de sua perspectiva liberal do desenvolvimento, que seriam discutidas mais adiante”¹⁷.

Apesar da grande repercussão que essa tese teve dentro e fora dos meios acadêmicos (especialmente pelo fato de ter discordado do ISEB que defendia o caráter nacionalista e revolucionário da burguesia brasileira) foi, entretanto, com a publicação de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, no ano de 1967, escrita em coautoria com Enzo Faletto, quando ambos trabalhavam no ILPES, no Chile, que se pode perceber, de uma maneira mais clara e aprofundada, a visão de FHC sobre as razões do subdesenvolvimento latino-americano e as suas propostas para a modernização e o desenvolvimento dessa região.¹⁸

A originalidade da Teoria

Antes de tudo, gostaríamos de destacar que o movimento de ideias ocorrido na América Latina, entre as décadas de 1950 e 1960, que se convencionou chamar de “Teoria da Dependência”, não é um campo homogêneo. De acordo com João Manuel Cardoso de Mello, houve no interior dessa rica experiência latino-americana várias correntes interpretativas,¹⁹ das quais as mais conhecidas são: a “vertente weberiana da dependência”, também conhecida como versão do desenvolvimento dependente-associado, ou ainda como versão da interdependência, que tem como seus principais expoentes FHC e Enzo Faletto, e a “vertente marxista”, composta principalmente por Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e André Gunder Frank, que fazia a leitura crítica e marxista dos processos de reprodução do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo mundial.²⁰ Neste artigo, por motivos de tempo e espaço, limitar-nos-emos apenas à análise da “corrente weberiana da dependência” encabeçada por FHC.

¹⁶ Ver: CARDOSO, Fernando Henrique. *O empresário industrial e o desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo. 1963. 244 f. Tese (Livre-Docência Cadeira de Sociologia I) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1963.

¹⁷ TRASPADINI. *A teoria da (inter)dependência de FHC*, p. 35.

¹⁸ Sem nos esquecer da grande contribuição de Enzo Faletto à obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, a fim de não desviarmos de nosso objetivo, neste artigo, portanto, iremos nos ater apenas à figura de FHC.

¹⁹ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

²⁰ Para o grupo da versão marxista da dependência, a superação do subdesenvolvimento passaria pela ruptura com a dependência e não pela modernização e industrialização da economia, o que pode implicar inclusive a ruptura com o próprio capitalismo. O grupo não via possibilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo e pleno na América Latina, mas apenas de um subdesenvolvimento que esses países estariam condenados, apesar do processo

A linha interpretativa de FHC foi formulada, segundo ele próprio afirmou, em contraposição às ideias “revolucionárias” das esquerdas e as “nacional-desenvolvimentistas” do ISEB e da CEPAL, ambas com bastante expressão na América Latina entre as décadas de 1960 e 1970.

A teoria da dependência surgiu em meados da década de 1960, parte como uma reação ao aparente fracasso da análise e das propostas dos estruturalistas. Os teóricos da dependência argumentam que a estratégia de industrialização baseada na substituição das importações deixou de produzir crescimento sustentado nos países menos desenvolvidos em razão da permanência das suas condições econômicas e sociais tradicionais.²¹

Para entendermos a projeção acadêmica que FHC alcançou ao longo do tempo, baseamos-nos nas considerações de Pierre Bourdieu, através do qual situou o campo científico como um “espaço de luta pelo monopólio da autoridade científica”. Para Bourdieu: “O campo científico é o lugar de luta em que cada um dos agentes deve engajar-se para impor o valor de seus produtos e de sua própria autoridade de produtor legítimo”²². Através desse teórico, podemos entender que FHC recebeu notável projeção acadêmica e grande número de adeptos justamente por ter se distanciado das ideias “revolucionárias” e “nacional-desenvolvimentistas”.

A rejeição de FHC ao projeto revolucionário das esquerdas fica evidente, por exemplo, no seguinte excerto:

[os projetos revolucionários das esquerdas] nada criam além de matrizes da contracultura local com repercussões isoladas nos grandes centros. Os países incapazes de repetir a revolução do mundo contemporâneo e encontrar um nicho no mercado internacional, terminarão no “pior mundo possível”. Não valerão ao menos o trabalho de serem explorados; tornar-se-ão irrelevantes e sem qualquer interesse para a economia global em movimento.²³

A sua posição crítica ao projeto “nacional-desenvolvimentista” foi talvez o principal fator que o levou a uma posição de destaque dentro das ciências sociais latino-americanas. Os “nacional-desenvolvimentista” consideravam o desenvolvimento econômico da América Latina como um processo contínuo, uma vez que não viam o “desenvolvimento” e o “subdesenvolvimento” como situações distintas, mas apenas como representações diferenciadas

da industrialização, ao menos que houvesse uma revolução socialista. Para um maior aprofundamento no tema, ler a obra político-teórica de Ruy Mauro Marini. MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

²¹ GILPIN, Robert. *A economia política das Relações Internacionais*. Brasília: UnB, 2002, p. 311.

²² BOURDIEU. O campo científico, p. 6.

²³ CARDOSO, Fernando Henrique. Relações Norte-Sul no Contexto Atual: Uma Nova Dependência?. In: BAUMANN, Renato (Org.) *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro: Campus, 1996, p. 12-14.

do processo histórico de acumulação capitalista. Já FHC não concebia o “desenvolvimento” e o “subdesenvolvimento” como etapas de um processo evolutivo, mas como realidades, ainda que estruturalmente vinculadas, distintas e contrapostas.

A interpretação de FHC veio a público, em fins dos anos 60, em um momento da vida brasileira de forte crítica à visão (etapista e aliancista) do ISEB e da CEPAL. Como já foi destacado, o surgimento dos sucessivos golpes civil-militares na América Latina frustrou centenas de adeptos das ideias nacional-desenvolvimentistas. Neste sentido, FHC se tornou um opositor-referência das ideias nacional-desenvolvimentistas e símbolo, para muitos, de um intelectual renovador, crítico, moderno, que propunha uma teoria original e sedutora para alavancar o desenvolvimento econômico da América Latina.

Depois do golpe de 1964, enquanto a Escola de São Paulo repudiava a interpretação nacional-burguesa do Brasil compartilhada pelo ISEB e pelo Partido Comunista, que adotou a abordagem do ISEB em seu congresso nacional de 1958, culpava essa interpretação e seus autores pelo próprio golpe: para ela, os comunistas e os intelectuais do ISEB teriam sido culpados pelo golpe dentro da esquerda.²⁴

O primeiro ponto que distanciou FHC do ISEB e da CEPAL foi a sua discordância quanto à existência de um “capitalismo nacional”. Para ele, o capital não tinha fronteiras, não tinha pátria. Ele era, por excelência, “internacional” e “expansionista”. “O capitalismo é uma estrutura internacional, na qual cada país ocupa um lugar e desempenha uma função determinados”²⁵. Dentro desse entendimento, ele considerava ser impossível o desenvolvimento nacional autônomo, ou seja, impossível a possibilidade de um país conseguir se desenvolver economicamente, de maneira autônoma, isolada do capital internacional. Para ele, a necessidade de aprofundar os vínculos com o mercado externo para garantir o desenvolvimento exigiria uma transferência dos espaços decisórios nacionais aos centros do capitalismo internacional e suas corporações privadas.

FHC apontou a insistência – vista como equivocada – das elites locais (a burguesia nacional e os políticos brasileiros) em fazer a nação “crescer para dentro”, de forma autônoma, à margem do desenvolvimento mundial, como a principal razão para o subdesenvolvimento da América Latina. Nesse quesito, FHC se distanciava enormemente da interpretação do ISEB e da CEPAL. Enquanto que estes órgãos culpavam a “superexploração das nações imperialistas” para o subdesenvolvimento da América Latina, FHC, por outro lado, culpava as elites locais para a

²⁴ BRESSER-PEREIRA. *As três interpretações da dependência*, p. 29.

²⁵ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 149.

manutenção dessa triste condição.²⁶ Em outras palavras, FHC atribuía a responsabilidade do subdesenvolvimento latino-americano mais às elites locais do que à capacidade dos países centrais de criar obstáculos ao desenvolvimento da periferia capitalista.

De acordo com FHC, o desenvolvimento da América Latina nunca ocorreria através apenas da política de industrialização, mas tão somente através de um projeto “industrializante-associado”. Para ele, uma vez que não havia possibilidade de as economias periféricas se desenvolverem de maneira autônoma e dissociada das economias centrais, a única maneira de haver um real desenvolvimento latino-americano seria através da total abertura do mercado local ao capital externo – especialmente, através de uma política governamental de incentivos à instalação de empresas multinacionais.

Na visão de FHC, diante do capitalismo monopolista mundial, não haveria outra forma de promover a industrialização da América Latina, senão através da “generosa” participação do capital estrangeiro, ou seja, mediante uma acomodação subordinada às regras impostas pela economia mundial. Para ele, nesse projeto “industrializante-associado”, a burguesia local assumiria um papel subordinado, ao transferir para o capital externo os setores estratégicos da economia, ficando sob seu controle os bens primários e de consumo não-duráveis. Em suas palavras: “As economias latino-americanas que se integraram ao mercado mundial conseguiram crescer graças ao impulso dinâmico da demanda externa”²⁷.

Como se vê, diferentemente das ideias nacional-burguesa-desenvolvimentistas do ISEB e da CEPAL que defendiam o fortalecimento ou, até mesmo, o fechamento do mercado nacional, FHC procurou mostrar que os investimentos estrangeiros não eram obstáculos ao desenvolvimento das economias latino-americanas; pelo contrário, tais investimentos eram a alavanca dessas regiões, isto é, eram eles que iriam dinamizar tais países. Ou seja, os países periféricos, a exemplo do Brasil, deveriam repensar sua inserção no mercado mundial, abandonando as propostas de desenvolvimento autônomo, integrando-se ao sistema global.

FHC nomeou a sua proposta de desenvolvimento econômico para a América Latina (proposta esta pautada numa relação de subordinação das economias latino-americanas ao capital

²⁶ Um dos políticos, por exemplo, que recebeu severas críticas por parte de FHC foi o presidente Getúlio Vargas, pela sua ideologia “nacional-desenvolvimentista”. A este respeito, Luiz Carlos Bresser-Pereira argumentou: “*Enquanto os intelectuais do ISEB viam o pacto político orientado para a industrialização de Getúlio Vargas como a realização da revolução nacional e capitalista e consideravam seu populismo uma primeira expressão da participação do povo na política, a escola de sociologia de São Paulo [como, por exemplo, Fernando Henrique Cardoso] era crítica do nacionalismo econômico e do populismo político de Vargas*”. BRESSER-PEREIRA. *As três interpretações da dependência*, p. 23.

²⁷ CARDOSO; FALETTO. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, p. 33.

internacional) de “desenvolvimento dependente-associado”. “Dependente-associado”, pois, no entendimento de FHC, seria necessária certa dependência econômica, industrial e tecnológica dos países latino-americanos às economias centrais a fim de gerar desenvolvimento nas regiões periféricas. Ou seja, FHC acreditava ser possível a acumulação industrial nos países latino-americanos apesar da manutenção dos laços de dependência destas nações aos países desenvolvidos. Ele não acreditava que “desenvolvimento e dependência” fossem conceitos que se contrapusessem.

[...] a formação de uma economia industrial na periferia minimiza os efeitos da exploração tipicamente colonialista e busca solidariedades não só nas classes dominantes, mas no conjunto dos grupos sociais ligados à produção capitalista moderna: assalariados, técnicos, empresários, burocratas etc.²⁸

Como se pode perceber, essa visão otimista de FHC em relação ao capital estrangeiro se distanciava enormemente daquela interpretação nacionalista do ISEB e da CEPAL. Enquanto que tais organismos viam com cautela e ojeriza a entrada de capitais estrangeiros na América Latina, FHC sugeria uma associação com os países ricos, acreditando que a participação das empresas multinacionais e dos empréstimos internacionais na economia latino-americana seria condição indispensável para o desenvolvimento da região. “Ao invés de lutar contra a atual ordem mundial, tornar-se-ia condição *sine qua non* juntar-se a ela [...]”²⁹.

De acordo com FHC, a condição latino-americana de região “dependente” e “subordinada” às economias desenvolvidas não trazia uma conotação ruim ou prejuízo aos países desse subcontinente. Para ele, a noção de “desenvolvimento associado” não remetia ao sinônimo de uma superexploração imperialista. Mas correspondia a uma “confluência de interesses”, um “conjunto de alianças” que beneficiava as empresas estatais, as multinacionais e as empresas locais. “Em conjunto, o novo ‘conjunto de alianças’ impulsionaria o desenvolvimento econômico e não levaria a região [da América Latina] à estagnação”³⁰. Para FHC, essa relação de dependência entre as nações centrais e periféricas correspondia a um processo dual e dinâmico que “[...] dependia da produção da mais-valia relativa e do aumento da produtividade, não da pura espoliação das regiões periféricas”³¹.

Como se vê, na ótica de FHC, era claramente possível o desenvolvimento econômico da América Latina dentro e apesar da “dependência”.³² Nas palavras de Roberta Traspadini: “A

²⁸ _____ . *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, p. 142.

²⁹ TRASPADINI. *A teoria da (inter)dependência de FHC*, p. 70.

³⁰ CARDOSO; FALETTO. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, p. 11.

³¹ _____ . *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, p. 106.

³² _____ . *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, p. 9.

dependência não inviabiliza, segundo Cardoso, o processo de desenvolvimento das economias periféricas. Ao contrário, torna-se uma alternativa viável relacionar dependência e desenvolvimento”³³. A respeito do otimismo burguês de FHC, José Carlos Reis também acrescentou:

Em *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1969/70), FHC defende uma tese que escandaliza a esquerda radicalizada, pois vê a possibilidade da “dependência e desenvolvimento” na América Latina! É uma tese tão escandalosa como, por exemplo, a de *Casa Grande & Senzala!* [...] Gilberto Freyre tornou a miscigenação um motivo de exaltação e base de uma promessa de realização brasileira futura – o que era mal do Brasil e o condenava tornava-se o seu bem e a razão da sua melhoria futura. FHC fez da dependência, que era o mal do Brasil, a base do seu desenvolvimento capitalista, reabrindo o horizonte do Brasil. O que impedia o desenvolvimento tornava-se o seu dinamizador. São obras otimistas que ressignificam o passado, tornando-o não só mais leve como a fundação sólida de um Brasil bem-sucedido no futuro.³⁴

O segundo ponto de diferenciação entre a interpretação da “dependência associada” de FHC e a visão “nacional-desenvolvimentista” do ISEB e da CEPAL foi em relação à existência de uma “burguesia nacionalista” na América Latina. Diferentemente das concepções do ISEB e da CEPAL que acreditavam na existência de uma burguesia de cunho nacionalista nos países latino-americanos e atribuía a ela um papel crucial no desenvolvimento econômico da região, FHC, retomando as suas ideias postas no livro *O empresário industrial e o desenvolvimento econômico no Brasil*, de 1963, procurou demonstrar, em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, que os países latino-americanos não dispunham de uma “burguesia nacionalista” que, de fato, alavancasse o desenvolvimento dessa região.

Por certo, os que acreditam que a burguesia nacional dos países dependentes pode realizar uma revolução burguesa nos mesmos moldes da revolução francesa ou da revolução americana mostrarão os “entraves estruturais” que permanecem e que limitam o alcance das transformações econômicas havidas no Brasil. Eu não penso, entretanto, que a burguesia local, fruto de um capitalismo dependente, possa realizar uma revolução econômica no sentido forte do conceito. A sua “revolução” consiste em integrar-se no capitalismo internacional como associada e dependente.³⁵

Em resumo, FHC quis demonstrar que já que os países latino-americanos não podiam contar com uma burguesia nacionalista, não lhes restava alternativa senão se associar ao capital internacional e aproveitar as frestas que este sistema oferecia visando o desenvolvimento da América Latina. De acordo com José Carlos Reis:

³³ TRASPADINI. *A teoria da (inter)dependência de FHC*, p. 97.

³⁴ REIS. *As identidades do Brasil*: de Varnhagen a FHC, p. 244.

³⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo: Difusão Européia do Livro (Difel), 1972, p. 71.

Dependência e desenvolvimento na América Latina escandaliza as esquerdas pelo seu otimismo em relação às possibilidades de desenvolvimento econômico-social dos países latino-americanos dentro do capitalismo-dependente. [...] As análises sociológicas falavam de desenvolvimento do subdesenvolvimento, do subimperialismo, de lumpemburguesia, e propunham sonhos irrealizáveis como ou capitalismo nacional ou socialismo, brandindo a ameaça do fascismo. Cardoso falará de dependência & desenvolvimento! [...] Cardoso defenderá a aliança entre a burguesia brasileira e a burguesia internacional; ele verá como um caminho positivo para o Brasil a aproximação e não a luta contra os capitais estrangeiros.³⁶

A publicação da obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina* trouxe grande projeção acadêmica e social para FHC. A este respeito, deve-se ter em mente as considerações de Pierre Bourdieu ao argumentar que a autoridade científica é uma espécie particular de capital que pode ser acumulado, transmitido e até mesmo, em certas condições, reconvertido em outras espécies.³⁷ A posse de capital científico, portanto, tende a favorecer a aquisição de capital suplementar.

Desfrutando de um enorme reconhecimento entre os pares,³⁸ entre as décadas de 1970 e 1990, FHC e sua Teoria da dependência se tornaram uma importante e respeitada referência dentro do meio acadêmico, especialmente aquele fora da América Latina. Nesse quesito, Bresser-Perereira comentou:

Não é surpreendente, portanto, que essa teoria tenha tido tanta repercussão nos Estados Unidos, onde os intelectuais de esquerda viram nela algo de novo e atraente, na medida em que criticava o capitalismo, mas não culpava seu país pelos problemas da América Latina.³⁹

Apesar da grande repercussão da Teoria da dependência nos EUA e na Europa, o principal local de reflexão e de disseminação dessa teoria foi, de fato, dentro da América Latina, notadamente através do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), instituição fundada por FHC, em 1969, com o objetivo de realizar estudos e pesquisas na área das Ciências Humanas sobre a realidade brasileira. Financiado pela Fundação Ford e sediado em São Paulo, o CEBRAP reuniu um importante grupo de professores afastados da USP por força dos atos draconianos do regime militar.

No CEBRAP, FHC conseguiu divulgar ainda mais a sua interpretação sobre a América Latina, adquiriu enorme projeção e tornou-se um dos principais intelectuais no campo das

³⁶ REIS. *As identidades do Brasil*: de Varnhagen a FHC, p. 254.

³⁷ BOURDIEU. O campo científico, p. 10.

³⁸ FHC formou-se em Ciências Sociais, em 1952, pela então Faculdade de Ciências e Letras da USP. Em 1953, foi convidado por Florestan Fernandes, regente da cadeira de Sociologia I, para se tornar auxiliar de ensino da Faculdade. Nesta instituição, obteve os títulos de mestre, em 1953; doutor, em 1961; e livre-docente, em 1963, na disciplina de Sociologia. O título catedrático foi obtido, em 1968, em Ciência Política.

³⁹ REIS. *As identidades do Brasil*: de Varnhagen a FHC, p. 34.

ciências sociais. Durante esse período, FHC adquiriu tanta importância dentro do meio acadêmico que o cientista político Milton Lahuerta, por exemplo, o classificou como “um intelectual que liderava intelectuais”⁴⁰.

Em consonância com o pensamento de seu fundador, o CEBRAP se opôs de maneira veemente aos projetos nacional-desenvolvimentistas, à intervenção do Estado na economia, de uma maneira geral, à própria figura do Estado, considerado como burocrático-autoritário e o principal vilão para o desenvolvimento e o fortalecimento de uma sociedade democrática e capitalista na América Latina. Neste sentido, os intelectuais do CEBRAP se empenharam em defesa da democracia (mais precisamente a favor das liberdades individuais e da liberdade de livre-iniciativa) dos países latino-americanos.⁴¹

Como se pode perceber, diferentemente das ideias nacional-desenvolvimentistas do ISEB e da CEPAL em voga nos anos 60 que buscavam a emancipação nacional, a interpretação que mais atraiu a atenção dos intelectuais brasileiros durante os anos 70 e 80 foi aquela, inspirada na visão do CEBRAP, que buscou as reformas dentro do capitalismo, visando trazer de volta a democracia no país.

A postura crítica de FHC em relação à figura do Estado burocrático-autoritário, protecionista e regulador, o levou a se tornar, em fins da década de 1970, em uma das figuras mais influentes do país, não apenas dentro da academia, mas também fora dela. Como intelectual e ideólogo engajado no discurso de oposição da época, FHC conseguiu se projetar à cena política brasileira, tornando-se senador suplente de Franco Motoro pelo MDB em 1978, fundador do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ministro das Relações Exteriores e da Fazenda no início da década de 1990 e presidente da República em janeiro de 1995 – cargo que ocupou até dezembro de 2002. Na avaliação de Francisco de Oliveira, “[...] o Fernando Henrique saltou dentro do MDB com a senha de que ele tinha saltado no partido para abrir as portas. Foi o contrário, ele as fechou”⁴².

A (prática da) Teoria

⁴⁰ LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. 280f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

⁴¹ Aqui se tornam pertinentes as colocações de Milton Santos sobre a atuação do CEBRAP. Em entrevista ao programa *Roda Viva*, o geógrafo afirmou que esse instituto, pelo discurso liberal dos interesses empresariais que defendeu durante a ditadura militar (ou seja, a defesa de uma “democracia mercadológica da propriedade privada”), acabou por representar um sério problema para a evolução intelectual no Brasil. Cf. *Roda Viva. Entrevista com Milton Santos*. São Paulo: TV Cultura, 31 mar. 1997. DVD (86 min.): NTSC, son., color.

⁴² JINKINGS; RIDENTI; MAAR. *Entrevista: Francisco de Oliveira*, p. 32.

Ao assumir, em 1995, a presidência da República, FHC finalmente colocou em prática a perspectiva teórica que sempre compartilhou desde os seus escritos acadêmicos dos anos 1960, isto é, a ideia de que o “desenvolvimento dependente-associado” era a única alternativa viável para a modernização e o desenvolvimento da economia brasileira.⁴³ Em suas palavras:

[...] para o novo tipo de desenvolvimento os mecanismos de controle da economia nacional escapam parcialmente do âmbito interno na medida em que certas normas universais do funcionamento de um sistema produtivo moderno, impostas pelo mercado universal, não permitem alternativas: a unificação dos sistemas produtivos leva à padronização dos mercados e a seu ordenamento supranacional.⁴⁴

Em outro texto, seguindo essa linha de raciocínio, FHC ainda acrescentou:

Em cada país, as regras de câmbio, as regras de juros, todas as medidas de monitoramento da economia, passam a funcionar ligadas aos movimentos desse mercado especulativo. E tem que ser assim mesmo, pois esse mercado, que não teria importância se não afetasse a economia real, na verdade afeta [...]. No limite o que está acontecendo, em consequência dessa globalização, é que você não tem mais autoridade.⁴⁵

O que fica evidente ao longo da leitura de *Dependência e desenvolvimento na América Latina* é que FHC propunha à sociedade brasileira dos anos 60 – o processo que ele chamou à época de “nova dependência” – o que hoje se convencionou designar de “globalização”. “Na tentativa de explicar o processo de ‘mundialização’ que estava em seu início [final da década de 1960] [...], salientamos o que era mais evidente: o mercado interno estava se ampliando em alguns países graças aos investimentos industriais externos”⁴⁶. Fica claro que *Dependência e desenvolvimento na América Latina* era, no fundo, um livro sobre o início da globalização. Na época em que escreveu a obra ainda não existia a ideia de multinacional. Essa concepção foi criada, em 1971, pelo economista norte-americano Raymond Vernon. No final dos anos 1960, para descrever o processo de globalização, era comum a utilização das expressões trustes e cartéis.

Em prefácio à última edição de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, em 2004, FHC escreveu:

⁴³ Como exemplo da “prática da teoria”, convém recordar a Reforma da Gestão Pública (o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado formulado por Bresser-Pereira) empreendida no primeiro mandato do governo FHC. Esta reforma gerencial do Estado é muito significativa em termos de redefinição e limitação das tarefas do Estado, num contexto neoliberal. Para uma melhor compreensão, ler: COSTA, Lúcia Cortes da. O governo FHC e a reforma do Estado Brasileiro. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, PUCSP, v. 11, n. 1, p. 49-79, 2000.

⁴⁴ CARDOSO; FALETTO. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, p. 130.

⁴⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. *O Presidente segundo o sociólogo*: entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 85.

⁴⁶ CARDOSO; FALETTO. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, p. 11.

O livro sobreviveu. Por quê? Possivelmente porque – além de ter entrado em onda com a moda (mas toda moda é ocasional) – ele oferece uma visão sintética de uma região diversificada, mas com pontos de identidade entre os vários países, e porque, ousado dizer, ele inova. Inova e digo isso o tendo relido agora, quarenta anos depois de sua escrita, porque quebra o simplismo de considerar todas as situações de dependência iguais e submetidas mecanicamente à “lógica do capital” e porque, ao descrever o que chamamos de “a nova dependência”, fez uma das primeiras caracterizações do que se designa hoje “globalização”.⁴⁷

Apesar da complexidade teórica, o livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina* é um livro de leitura fácil. É um livro em que FHC mostra a sua verdadeira face. É um livro em que ele defende veementemente uma linha de raciocínio, independente do qual equivocado ou danoso fosse. Essa clareza teórica é uma questão importante a ser destacada dentro da academia brasileira. “Ora, apesar de tudo, pode-se dizer que Fernando Henrique Cardoso foi um dos poucos intérpretes do Brasil – quiçá, o único – que conseguiu ir da teoria à prática!”⁴⁸.

Dependência e desenvolvimento na América Latina é um livro que deixa claro àqueles que o lêem que a interpretação de FHC sobre o desenvolvimento latino-americano não é uma pura retórica ou um demagogismo barato. É um livro teórico que busca apresentar uma “melhor alternativa” para o crescimento da região. É um projeto político que durante décadas FHC vem defendendo. Essa questão fica bastante evidente, por exemplo, no prefácio da última edição da obra, em 2004: “Sobre este livro posso dizer: se o escrevesse hoje, acrescentaria algo, tentaria aprofundá-lo, teria de torná-lo mais atual, considerando a evolução histórica, mas não o mudaria [...]”⁴⁹.

Buscando concretizar a teoria que criou e sempre defendeu, FHC realizou modificações econômicas – fundamentais, em seu ponto de vista – a fim de criar as melhores condições possíveis para a vinda dos capitais externos: estabilização da moeda (à custa da sobrevalorização cambial e da alta taxa de juros), redução do papel produtor e regulamentador do Estado na economia, privatizações, redução das barreiras fiscais à importação dando margem à “livre concorrência”, entre outras. Com tais reformas, FHC esperava modernizar o Estado brasileiro e acumular suficiente capital para promover a “arrancada” do desenvolvimento econômico do país.

Durante seu governo, FHC seguiu à risca as políticas neoliberais, tais como a desregulamentação das relações trabalhistas, a flexibilização, a desindustrialização, a abertura da economia, as privatizações, a informalidade, as terceirizações, o subemprego e desemprego que

⁴⁷ _____ . *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, p. 10

⁴⁸ FERREIRA, Rafael Leite. A interpretação do Brasil pela via do subdesenvolvimento: Fernando Henrique Cardoso e a Teoria da Dependência. *História e-História*, v. 8, 2010, p. 11.

⁴⁹ CARDOSO; FALETTO. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, p. 12.

atingiram altos níveis, produzindo uma pletora de distintas modalidades de trabalho precarizado e informal, além do

[...] combate à inflação através de planos alicerçados na valorização das moedas nacionais frente ao dólar e na entrada de capitais especulativos; abertura econômica com a desregulamentação dos mercados de produtos e financeiros além das mudanças administrativas e estruturais dos Estados, com destaque para o incentivo às privatizações e quebra dos monopólios estatais.⁵⁰

Cabe aqui sublinhar que, assim como já tinha sido apontado por Francisco Weffort desde 1980, longe de fomentar a modernização e o desenvolvimento da economia brasileira, a ideia de FHC de abrir o mercado interno aos investimentos estrangeiros e inserir o país de maneira subordinada às regras impostas pela economia globalizada, aumentou ainda mais os problemas econômicos e sociais do Brasil.

Francisco Weffort defendeu premonitoriamente a sua posição, em 1980, no prefácio de sua obra “O populismo na política brasileira”. Neste texto, Weffort considerou o “desenvolvimento dependente-associado” formulado por FHC como uma “retórica ingênua” (pois se fazia crer que a América Latina repetiria o caminho dos Estados Unidos e da Europa, durante os séculos XIX e XX, no processo de modernização e de desenvolvimento econômico) fincada no “mal do presentismo” e que beirava a “irresponsabilidade”. Para Weffort, a Teoria da Dependência de FHC representava um sério equívoco para o desenvolvimento latino-americano, pois assumia grandes riscos no presente, sem considerar as consequências e vítimas futuras.⁵¹

Weffort considerava a visão de FHC ingênua pelo fato de este acreditar na ilusão do “investimento estrangeiro”, isto é, acreditar que a internacionalização do mercado interno traria crescimento, modernização e desenvolvimento para a América Latina.⁵² Segundo Weffort, a realidade demonstrava o contrário. Embora a inserção dos países subdesenvolvidos à economia globalizada possibilitasse alguns aspectos positivos para essas regiões, tais como maior difusão de ideias e informações, dinamização e diversificação da produção, atualização e transferências de tecnologias, avanço dos meios de comunicação e de transportes, rebaixamento do preço de certos produtos, ampliação de opções para os consumidores, tudo isso ocorreria a um custo altíssimo. Para ele, a inserção subordinada das economias periféricas ao capital internacional, ao contrário

⁵⁰ FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições*. São Paulo: Boitempo, 2000, p. 58.

⁵¹ WEFFORT. *O populismo na política brasileira*, 1980, p. 167.

⁵² Esta visão de FHC fica bastante clara em sua seguinte fala: “[...]os blocos políticos internacionais podem produzir consequências importantes e dinâmicas na sociedade subdesenvolvida”. CARDOSO; FALETTO. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, p. 33.

das promessas originais, bloqueava qualquer capacidade de desenvolvimento e terminava por comprometer a própria democracia.

De acordo com Francisco Weffort, as grandes corporações dispõem de tamanho poder de mobilidade, capacidade de negociação e tendência à redução da mão-de-obra que, na maioria das vezes, tanto a sociedade como o próprio Estado acabam se tornando seus “reféns”. Vale destacar que essa fraqueza da esfera política em relação à objetividade da economia, ou seja, a dominação política pelo capital internacional é celebrada como um aspecto importante por FHC.

Em cada país, as regras de câmbio, as regras de juros, todas as medidas de monitoramento da economia, passam a funcionar ligadas aos movimentos desse mercado especulativo. E tem que ser assim mesmo, pois esse mercado, que não teria importância se não afetasse a economia real, na verdade afeta [...]. No limite o que está acontecendo, em consequência dessa globalização, é que você não tem mais autoridade.⁵³

Em seu texto, Weffort buscou discutir a questão da mobilidade do capital, discordando das posições assumidas por FHC, ao apontar que as empresas multinacionais, inseridas na lógica do capital, por definição, não têm raízes; elas sempre buscam deslocar suas plantas para lugares onde possam pagar menores salários, menores impostos e receber maiores incentivos. Ou seja, as grandes corporações buscam operar nos países periféricos onde lhes são garantidas altas taxas de retorno. A esta questão, Roberta Traspadini também argumentou:

[...] o que Cardoso não percebia era o fato de que a reinversão dos lucros é feita no exterior, dado que toda vez que a periferia necessita de maquinário e equipamento de ponta, o mercado interno não pode oferecer seu pouco, ou inexistente, caráter inovador. Ao não gerar o efeito multiplicador na periferia, esta acaba, por essa razão, especializando-se na produção de bens próprios dos departamentos D2 e D3 e os centros na difusão dos produtos advindos ao D1.⁵⁴

Diferentemente do que FHC procurou apresentar através da mídia, os principais motivos para o baixo crescimento econômico do Brasil durante os anos finais de seu governo, não se devem apenas às sucessivas crises econômicas internacionais que ocasionaram à desvalorização do Real. Mas deve-se, principalmente, à concretização da Teoria da Dependência, isto é, ao seu próprio projeto político de desenvolvimento e modernização do país, que se encontrava sustentado em seus escritos acadêmicos dos anos 1960. Como argumentou Traspadini: “A

⁵³ CARDOSO, Fernando Henrique. *O Presidente segundo o sociólogo*: entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 85.

⁵⁴ TRASPADINI. *A teoria da (inter)dependência de FHC*, p. 134-135.

economia política do Real foi condizente com a perspectiva teórica mais geral defendida por Fernando Henrique Cardoso em seus textos referentes ao desenvolvimento econômico”⁵⁵.

A teoria de FHC, ao propor a acomodação subordinada do Brasil às regras impostas pela economia mundial, longe de “alavancar” o país (ou ser fonte de financiamento de projetos que priorizassem a melhoria do sistema científico, tecnológico, educacional e de saúde do país), trouxe-nos, pelo contrário, uma gama de problemas sociais (que foram, no geral, cautelosamente ocultados, dada sua natureza alarmante), entre os quais se podem destacar: o aumento da concentração de renda, do desemprego e subemprego, do déficit público, da criminalidade, do tráfico de drogas, da violência, da poluição do meio ambiente e a destruição dos recursos não-renováveis, o crescimento do número de privatizações, centenas de cortes dos gastos públicos e de programas sociais, e uma prolongada crise/instabilidade financeira resultante dos agressivos interesses do capital especulativo parasitário. Nas palavras de Traspadini:

A única coisa que o modelo FHC conseguiu fazer no nosso país, fora da farsa que construiu e que deslumbrou grande parte da população, foi reforçar a tendência especulativa do capital que operava no território nacional. Essa tendência já dominava o cenário internacional e, com o Plano Real, a lógica especulativa conseguiu generalizar-se no país e contaminar profundamente o capital que aqui opera, mesmo aquele principalmente produtivo.⁵⁶

Como se pôde observar ao longo deste artigo, um dos principais equívocos de FHC, tanto em sua época de sociólogo quanto à frente da política brasileira, foi não ter percebido os riscos que a sua perspectiva internacionalizante – a Teoria da dependência (materializada em projeto de governo quando chegou ao poder) –, trazia. Devido, em grande parte, à sua concepção liberal da economia, FHC não se dedicou a perceber as próprias contradições internacionalizantes do capital. O supranacionalismo é, em si, um processo dialético. Ele não só traz vantagens, como FHC acreditar, mas traz também, entre outras questões, fragilidades e vulnerabilidades estruturais, aumento da desigualdade social e do endividamento interno e externo. Ou seja, traz o “totalitarismo da globalização”, conforme apontou pertinentemente José Saramago:

A globalização é um totalitarismo. Totalitarismo que não precisa de símbolos, camisas verdes, nem suásticas. São os ricos que governam e os pobres vivem como podem. Então, isto tem aspectos totalitários, de fato. Porque se alguém controla a economia mundial, o movimento do dinheiro, a circulação dos bens, controla também, de certa maneira, a circulação das pessoas.⁵⁷

⁵⁵ _____. *A teoria da (inter)dependência de FHC*, p. 26.

⁵⁶ _____. *A teoria da (inter)dependência de FHC*, p. 117.

⁵⁷ SARAMAGO, José. *Entrevista ao Jornal da Globo*, 21 mai. 2007.